X COLÓQUIO INTERNACIONAL
"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
ISSN: 1982-3657

EDUCAÇÃO POPULAR E O SEU LUGAR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

NELMIRES FERREIRA DA SILVA
MEIRE FERREIRA DA SILVA

EIXO: 1. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Resumo Este artigo foi produzido a partir de leituras e reflexões referendadas em autores que situam a educação popular e o seu lugar no espaço das políticas públicas no Brasil, figurando como um território de disputas política-ideológica de sujeitos que em suas reivindicações erguem a bandeira por uma educação libertadora. No âmbito desse estudo, um cabedal de importantes referências aponta para o recorte na dimensão teórico-prática orientada pela abordagem da teoria crítica social em sua compreensão de totalidade da prática da vida social (LUKÁCS,1978). As análises abstraídas apreendem que há uma peculiar tensão entre o pensamento que defende a prática pedagógica politizadora da classe popular, a qual encontrou um importante, porém contraditório espaço na agenda do governo dos trabalhadores (PT). Palavras-Chave: Educação Popular, Políticas Públicas, Neoliberalismo. Resumen Este artículo fue producido a partir de lecturas y reflexiones aprobados en autores que sitúan la educación popular y su lugar en el espacio de las políticas públicas en Brasil , que aparece como un área de conflictos político-ideológico de los sujetos en sus reclamaciones plantean el pabellón de un educación liberadora . Dentro de este estudio , un cuero importantes puntos de referencia para el recorte en el enfoque orientado a cotas teórica y práctica a la teoría social crítica en su comprensión de la totalidad de la práctica de la vida social (Lukács , 1978) . Los análisis resumieron perciben que existe una peculiar tensión entre el pensamiento que aboga por politizar la práctica pedagógica de la clase obrera , que encontró un espacio significativo, pero contradictoria en la agenda del gobierno de los trabajadores (PT) . Palabras clave : la educación popular , la política pública , el neoliberalismo.

1-Introdução Este artigo foi produzido a partir de leituras e reflexões referendadas em autores que

situam a educação popular e o seu lugar no espaço das políticas públicas no Brasil, figurando como um território de disputas política-ideológica de sujeitos que em suas reivindicações erguem a bandeira por uma educação libertadora. Daí, partimos da hipótese diretriz que se perfila uma polarização: práticas pedagógicas de educação popular em ações pontuais, porém persistentes e resistentes, e de outro, a educação formal, empreendedora e padronizada na centralidade hegemônica classista à luz da agenda neoliberal. No âmbito desse estudo, destacamos um cabedal de importantes autores, entre os quais referenciamos Freire, (1998); Gadotti(1995);Arroyo(1999);Begnami(2002);Andrade(2004);Brandão(2004); Tonet (2005); Batista (2011). Estes dão sustentação as análises cuja recorte se articula qualitativamente a dimensão teórico-prática orientada pela abordagem da teoria crítica social em sua compreensão de totalidade da prática da vida social (LUKÁCS,1978). Nessa direção, assevera-se que,

> a razão dialética é um processo universal e necessário, destinado a conhecer e a plasmar a realidade de modo a não deixar de fora nada de si; portanto, é razão tanto da ciência e do pensamento como da liberdade e da realidade humana (KOSIK, 1976, p. 96-97). Em linhas gerais, acenam os pressupostos que norteiam as discussões acerca do lugar da educação popular frente as políticas públicas, situando aquelas de cunho neoliberal na perspectiva da ofensiva ultraconservadora e reificadora de velhos *modus operandus.* Na contramão, a persistência dos sujeitos políticos em propagar as práticas pedagógicas e populares mediante adoção de abordagens metodológicas que corroboram com as conquistas sociais, culturais, políticas, bem como, do protagonismo consciente. Além disso, o papel do sujeito é central na construção de sua história rumo a emancipação política e humana (Marx,1968). A Educação Popular tem um longo percurso na história do Brasil, ainda que marginalizada no interior das políticas públicas, podemos verificar um conjunto de práticas e experiências que se forjaram junto às classes populares, no chão das fábricas, em sindicatos, nas comunidades de base e igrejas, nas universidades, no campo, na cidade e na floresta, com os mais diferentes grupos, os trabalhadores, especialmente em situação de pobreza, excluídos de seus direitos básicos como também em experiências que se realizam no âmbito da educação formal e da institucionalidade das esferas municipais, estaduais e federais. Entre os avanços e recuos, observa-se que a educação popular nos marcos

dos anos 1950 a 1960 consolidou-se pela busca de concientização; nos anos 1970 a 1980, na defesa pela educação pública de qualidade, conformatando-se a partir dos anos 1990 sob a bandeira da participação popular nas políticas públicas de direito do cidadão, na organização e construção do bem estar-social. Os mecanismos estratégicos partem da acepção de que, mesmo com as renovadas posturas ultraconservadoras no ambiente escola e na gestão das políticas públicas minimalistas, é fato que, uma pedagogia do conflito traz na essência a capacidade crítica e sua intenção revolucionária, não camuflando "as relações existentes entre educação e sociedade, entre educação e poder, ou seja, ela não esconde o papel ideológico, político, da educação" que sobrevive em face da legitimidade presente na relação escola, família e sociedade (GADOTTI, 1980, p. 59-60). A educação popular em sua essencialidade é parte da construção de um estilo de educação cuja eixo sustenta-se no compromisso pactuado com um teor político-pedagógico, e desde então, assume, entre outras coisas, uma proposta de formação cultural voltada para os sujeitos das classes populares, "protagonistas emergentes de processo de educação" (BRANDÃO, 2002, p.141-142). Conforme Saviani, o trabalho educativo produz de forma direta e intencional nos indivíduos um cotidiano histórico-crítico em que os homens, possam compreender a educação como possibilidade de intervenção social, *processo de construção de autonomia, compreensão de si, do outro e do mundo*. Partindo do pressuposto de que a educação é um processo dialético, histórico e, portanto, não se reduz à reprodução social da sociabilidade do capitalismo, elencamos como diretriz instigadora a dimensão política cuja invólucro polariza-se nos propósitos de classes. Daí perquere-se questões problematizadoras acerca das experiências de práticas pedagógicas da alternância, da educação do campo e no campo, e formação de sujeitos políticos com óbvia apreensão de contraposições, ora uma educação capaz de contestar as contradições de classe, formar sujeitos políticas e conscientes de sua condição social-histórica, seu papel e a necessidade de organização política para lutar por interesses coletivos daqueles que encontram subsumidos a um modelo de sociedade que produz e reproduz relações sociais desiguais. Na dinâmica do espaço escolar, o lugar onde os sujeitos

discutem suas bandeiras em busca de valorização da cultura local, resgate da história do povo, dos direitos, da cidadania, das questões do meio ambiente, da mulher, do negro, da juventude, entre outras pautas, passaram a ser incorporadas nas atividades da cotidianeidade. Na contra- mão, convivem com diretrizes formais, de valores classistas e modelo hegemônico dominante. Importa dizer que esse movimento conflue sob a dupla face: as práticas pedagógicas e populares na concomitância a educação dominante de caráter essencial ao sistema capitalista, hoje sob orientação das contrarreformas neoliberais. A incorporação de valores necessários a educação popular sobressaem as mediações que fortalecem a base política, sem contudo, provocar alterações de grande envergadura no jogo de interesses que valorizam o projeto do estado-nacional capitalista. Daí prosseguimos a análise do concreto procurando entender que "a práxis é a esfera do ser humano" (KOSIK, 1976, p. 201/202) e pode ser incorporada à medida que se produz e reproduz as relações sociais no processo de construção da sociabilidade, podendo co-existir modelos e propostas diferentes de práticas pedagógicas que constituem em mecanismos de resistência ao modelo de escola classista dominante. Os desafios a valorização da educação popular e suas práticas pedagógicas tornaram-se ainda maiores numa conjuntura que, de acordo com Behring (2002), desde 1970 vem se consolidando globalmente na direção das tendências em responder as crises cíclicas do capital mediante medidas que fortalecem as reformas políticas na educação de cariz empreendedor, qualificando as demandas para o mercado de trabalho. Desde então, têm sido implementadas na sociedade, de forma integrada a chamada flexibilidade com vista a responder aos interesses da acumulação capitalista, para tanto, tem adotado modelos de gestão do capital e do Estado com ênfase na modernização, privatização, dentre outras, a reorientação das políticas públicas de educação para a eminência dos setores mercantis. Nesse âmbito, os postulados trabalhados para intervir no sistema de ensino têm se redesenhado sob o eixo que eleva o poder do mercado e, em contrapartida, minimização do Estado social. Nesse emaranhado contrarreformista da educação na agenda neoliberalizante, permite-se a intensa qualificação da escola básica de modo a torná-la capaz de formar os recursos humanos necessários

demandantes. Na contraposição, a resistência das forças defensivas da educação popular, o método de educação que valoriza os saberes prévios e as realidades culturais na construção de novos saberes continuam a ocupar o território da educação popular e cidadã vias as contraditórias políticas públicas neoliberais. Esse movimento contraditório do real, implica no desenvolvimento da dimensão crítico e facilitadora da ação comunitária, no qual o educando à luz da pedagogia popular, encontra-se inserido dialogicamente. Infere a partir dessa perspectiva de mundo que, uma melhor leitura da realidade social, política e econômica poderá ser apreendida no processo de produção e reprodução das relações sociais na dinâmica societária atual. 2- Educação popular, pedagogia que persiste e resiste na dialética do cotidiano É possível resgatar na história do Brasil, particularmente, no auge da ditadura militar de 1964, a gênese de importantes inserção de projetos populares, representados pelo Movimento de Cultura Popular (MCP), sob a influência socialista e cristã; o Movimento de Educação de Base (MEB), criado pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil, com vista a fortalecer o papel da Igreja Católica; o Centro Popular de Cultura (CPC), criado em 1961 pela União Nacional dos Estudante (UNE), o qual instrumentalizou a música, o teatro e o cinema popular como espaço de formação política. Para a dinamização desse espaço foram realizadas campanhas, como a do "De pé no chão também se aprende a ler" com o objetivo de alfabetizar crianças e adultos das classes populares. Imprime destacar, a eminência da CEBS (Comunidades Eclesiais de Base), influenciada pela teologia da libertação, a qual editou uma importante crítica à ala da Igreja Católica, alegando o apoiou da cúpula ao golpe militar. Nessa direção, tornou-se um espaços também de reflexão, socialização política e de resistência contra as injustiças e os desmandos da autocracia burguesa no Brasil. A grosso modo, considera-se que, as experiências de educação popular travestiram de um caráter de organização política com a finalidade de conscientizar e organizar a força popular até então marginalizada. É nesse contexto que o estado brasileiro, sob a bandeira da modernização conservadora em plena articulação para a construção de uma agenda de compromissos políticos assumidos com os movimentos

sociais populares, dão mostra a nítida divisão de classes. A eminência de uma catarse induziu as forças populares, que longe de uma passive aceitação, assumiram com convicção, o necessário protagonismo com a clara visão de mundo, acerca do lugar político dos sujeitos historicamente marginalizados e subjugados ao projeto de educação da elite burguesa. Consubstancia o popular, considerado no sentido de abertura à pluralidade de diferenças entre grupos humanos e frente de lutas "populares", a saber: trabalhadores urbanos, subempregados, desempregados, sem teto, trabalhadores rurais em suas diferentes categorias, dos pequenos proprietários camponeses aos boias-frias e deles aos "Trabalhadores Rurais Sem-Terra", o que os une, segundo Brandão (2002, p.256), na "difícil categoria excluído que os congregava. As forças populares descortinam com grande visibilidade no advento constituinte, na luta por um Brasil para todos, editando uma pactuação entre estado protetor, sob as agenda das políticas públicas afirmativas de suas identidades e sociedade civil. Os movimentos sociais representados pelas entidades sindicais, como a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAG, Central Única dos Trabalhadores - CUT e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STRs, entre outros, as parceiras Institucionais como as Academias Federais e o Conselho de Adulto da América Latina - CAAL,etc, propiciaram a revolução na educação de forma a promover a territorialidade, uma vez que na educação do campo se faz necessária uma prática pedagógica contextualiza, crítica e transformadora. O ensino com base na realidade local, fortalece às práticas pedagógicas lúdicas, criativas e dinâmicas, permeando a relação ensino-aprendizagem, a qual se propõe ser capaz de resgatar os valores culturais inseridos nas raízes campesinas. Nesse sentido, a arte passa a ser instrumento de transformação, de modo a ressignificar a prática pedagógica no contidiano da diversidade cultural existente dos povos. Destarte, a educação popular, passa a ser considerada uma alternativa da prática pedagógica com vista a fortalecer e desenvolver nos educandos o perfil de sujeitos construtores de sua história. Por esse prisma, associa-se a necessidade de reconhecer seu potencial protagonista, acreditando numa prática social capaz de transformar a realidade. Esse desenho de

educação que vem da base popular centraliza nos sujeitos de direitos inserindo-os no território do conflito, em busca da emancipação política e social. A proposta de educação sob o prisma da bandeira política do popular não pode permanecer no âmbito do espaço escolar a margem da sociabilidade, uma vez que a aprendizagem acontece em diversos setores sociais, no qual, os sujeitos podem apreender em seu cotidiano através do processo dialógico, conforme, Paulo Freire. Urge dizer, à luz da pedagógica freiriana (1987) de que a libertação dos oprimidos será obra dos próprios oprimidos, ou seja, é preciso que todos os sujeitos que se sintam oprimidos se organizem como estratégica para saírem dessa condição. O imperativo que solidifica a educação de base popular, articula-se aos movimentos sociais através do projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável e solidário com vista a consolidar no numa amplo coletivo que envolve a diversidade do Brasil. O Mosaico que uni os diferentes, conforme Domingues Jr(1989),contém os elementos que formam as raízes da formação sócio-histórica do Brasil, ou seja, a brasilidade esta na cultura popular, no campo e na cidade, nos diferentes segmentos identitários. A importância da educação popular ganha novo fôlego com o nascimento da Escola Nacional de Formação-ENAFOR da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, que visa o fortalecimento das entidades sindicais e a base, com formação política para os atores sociais que comporta movimento. Vale destacar a emergência de programas, projetos e ações executivas, inicialmente no âmbito do MEC, a criação do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT), em 2003, no governo Lula. No ano seguinte, a implantação da Coordenação Geral de Educação do Campo (CGEC), vinculada à SECAD/MEC (MUNARIN, 2006). A criação dessa Coordenação e sua importância no âmbito da estrutura governamental podem ser melhor compreendidas quando consideramos que [...] o MEC depois de mais de 70 anos de existência, somente agora, neste milênio e a partir do atual governo, se dispôs a criar um espaço para acolher e coordenar as discussões em torno da elaboração de uma política nacional de Educação do Campo' (MUNARIN, 2006, p. 16). Após a criação da CGEC, o MEC apoiou e até mesmo organizou eventos para discutir esse tema, formulando nos últimos anos a implantação

dos programas ProJovem/Campo – Saberes da Terra, e, finalmente, o PROCAMPO. Verifica-se a abertura de editais específicos no âmbito da SECAD, que tem propiciado o fortalecimento das ações no âmbito da Educação do Campo. Mesmo com avanços apontados, grande parte dessas contribuições, contudo, tem se restringido às escolas e instituições parceiras ligadas aos movimentos sociais, sindicais, da sociedade civil organizada, ou tem se reduzido às formulações educacionais específicas para as populações do campo, que, embora importantes, não têm ainda seu devido rebatimento no cotidiano do conjunto das escolas rurais brasileiras. A precária situação da educação ofertada para a população rural, confirmada com as informações apresentados anteriormente, decorrente da ausência ou precariedade de políticas adotadas pelo poder público em todas as esferas (federal, estadual e municipal), foi corroborada pelo silêncio a que o tema foi submetido nos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil – inclusive na Bahia, ondem encontramos um "vazio teórico" acerca dessa temática. Conforme Santos, só na década de 1990,

> [...] em virtude da força com que se impuseram os movimentos sociais do campo, uma quantidade significativa de trabalhos tem-se voltado para estudar tais movimentos, com o propósito de analisar diferentes aspectos de sua organização social, política e educacional (SANTOS, 2006, p. 23). Nesse contexto, Santos, observa que "[...] estudos sobre os fundamentos das práticas educativas do MST têm monopolizado as atenções" (2006,p.23). Destacam-se ainda os estudos sobre os Centros Educativos Familiares de Formação por Alternância (CEFFA), que adotam a Pedagogia da Alternância e congregam as Escolas Famílias Agrícolas (EFA), as Casas Familiares Rurais (CFR), as Escolas Comunitárias Rurais (ECOR), entre outras cinco experiências, contando atualmente com 263 escolas em todo Brasil. Nas universidades, ainda que de forma pontual, vem emergindo um movimento apontando para a necessidade de se voltar para a realidade da Educação do Campo, procurando compreendê-la, estimulado pelas iniciativas legais e políticas realizadas pelo MEC, já referidas anteriormente. Acrescente-se aqui a realização de estudos recentes reunidos em torno do Programa de Estudos sobre a Educação no meio rural do Brasil

(BOF, 2006), e ainda as publicações Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão, Panorama da Educação do Campo (INEP, 2007a) e a Sinopse da Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária -PRONERA (INEP, 2007b). A emergência desses estudos pode ser medida pela quantidade de eventos nacionais e estaduais sobre a temática que tem se espraiados. Enfim, um balanço do movimento da Educação do Campo nas últimas duas décadas permite-nos celebrar algumas conquistas ao constatar que a ação dos movimentos sociais do campo teve uma importância fundamental para a construção/proposição de um novo paradigma educacional, que respeite as necessidades e interesses dos sujeitos do campo; a luta dos movimentos sociais contribuiu para a elaboração de um novo marco legal sobre a Educação do Campo, expresso em documentos tais como pareceres e resoluções; a ação dos movimentos sociais do campo tem contribuído para a (re) formulação de políticas e programas educacionais diversos, tais como: PRONERA, PROCAMPO, ProJovem Campo - Saberes da Terra, Escola Ativa etc. Esse movimento tem impulsionado uma significativa produção acadêmica sobre a Educação do Campo. A realidade da Educação do Campo hoje nos permite constatar que ela convive com experiências alternativas, progressistas, fundadas nos referenciais da Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, dos Centros Educativos Familiares de Formação por Alternância (CEFFA), e do Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária (PRONERA), mesmo com a implicações da ofensiva da agenda neoliberal. Além dos avanços históricos e legais alcançados nos últimos anos com a regulamentação e implementação de políticas públicas iniciais voltadas para a Educação do Campo, destacam-se, também, estudos e políticas de formação implicadas com as discussões sobre sociologia rural, aspectos históricos da educação rural e suas diferentes manifestações no sistema educacional brasileiro. No contexto das eleições de 1988 que o programa "democrático-popular" de Erundina pautada na ideia de "governar através dos conselhos", afirmando que, onde quer que alcançasse o poder, ele entregaria o governo nas mãos dos trabalhadores por meio da abertura de canais de participação (conselhos), envolvendo a população diretamente na gestão das

diversas áreas da administração pública, tais como educação, saúde, habitação etc, o que ficou conhecido como o "modo petista de governar. Ainda que marcado por grandes desafios engendrados nas raízes institucionais da cultura brasileira de frágil democracia, muitos movimentos de educação popular enxergaram a possibilidade de poder trabalhar e construir com o Estado um novo projeto pedagógico, com verdadeiras rupturas políticas. A proposta de unificar vários movimentos sociais com experiências diversificadas (movimentos de defesa da mulher, institutos de alfabetização, movimento por moradia etc.) em um movimento de educação popular, criado a partir de uma parceria entre Estado e sociedade civil, constituiu a principal contribuição do educador Paulo Freire, então secretaria da educação municipal de São Paulo(1989-1991) gestão de Luiza Erndina, para o campo das políticas públicas em educação na atualidade. Desde 1990 que iniciou a primeira formação de professores para estarem trabalhando com as escolas nos assentamentos. Buscou-se estudar autores de diversas origens socialistas, mas o destaque foi Paulo Freire, onde construíram sua concepção de educação. Segundo Branford e Rocha (2002, p. 157) "onde quer que haja uma ocupação, acampamento ou assentamento do MST há uma escola" (...) A luta pela terra se tornou, também, uma luta por educação, por escolas, pelo direito de saber. Importa destacar algumas das mais recentes iniciativas desenvolvidas nos últimos anos do século XX e início do novo milênio, verifica-se a retomada efervescente, as quais sejam, Referencia da Educação Popular que, além de reconhecer a existência destas práticas e experiências no âmbito da sociedade e governos, avança para um novo momento em seu processo de fomento, articulação e visibilidade. Todos estes processos foram realizados pelo Governo Federal, com grande nitidez no governo petista, nos quais visualizamos os Processos envolvendo a Consolidação da Rede de Educação Cidadã (Recid), desde 2003 ação no âmbito da mobilização social do Programa Fome Zero. A Recid é uma experiência que envolve governo e sociedade, centenas de entidades, organizações e movimentos sociais, educadores/as populares, lideranças e agentes comunitários, num processo de educação popular com populações historicamente vulneráveis: mulheres, juventude, catadores/as de

matérias recicláveis, acampados/as e assentados/as, agricultores/as familiares e camponeses/as, comunidades tradicionais, indígenas, pescadores/as, comunidade LGBT e outros. Destacamos, o Fórum Social das Américas, em 2010, em Assunção, no Paraguai. No primeiro semestre de 2009, a Recid aprofundou o estudo do tema da Educação Popular como Política Pública, nas equipes do então Talher Nacional e da Comissão Nacional da Recid, tendo elaborado a estratégia de construção da política nacional de educação popular, incluindo a produção e disseminação de um texto com o mesmo nome. Por fim, nesse movimento de inserção da educação popular no interior das políticas públicas, embora conquistas ainda consideradas emergentes, o desdobramento do debate sobre Educação Popular e Políticas Públicas ganha visibilidade em todos estados e Distrito Federal, através das equipes estaduais da Recid: participação no processo da 1ª Conferência Nacional de Educação (Conae/2010), com realização de oficina autogestionária sobre a Educação Popular como Política Pública, envolvendo organizações como União Nacional dos Estudantes (UNE), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), Fórum Nacional de Educação de Jovens e Adultos, Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde (ANEPS) e movimento da economia solidária. Nesse ínterim, em 2013 foi definida as prioridades para o planejamento estratégico voltado para a formulação da Política Nacional de Educação Popular, sob a coordenação do Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã, que consideramos avanços e ganhos históricos, políticos e sociais que mostram a chamava viva daqueles que acampam a defesa da educação popular no espaço das políticas públicas. 4-Consderações Finais A conjuntura atual encontra-se na efervescência que flui os velhos e o novos movimentos sociais, emergindo no cenário a possibilidade de se fortalecer as práticas pedagógicas populares no interior das políticas públicas, ainda que sob as plataformas das políticas neoliberais. As análises abstraídas concluíram que há uma peculiar tensão entre o pensamento que defende a prática pedagógica politizadora da classe popular, a qual

encontrou um importante espaço na agenda do governo dos trabalhadores, e ao mesmo tempo, contraditoriamente, forjou-se o território onde se reproduz a educação essencialmente formal e empreendedora numa tessitura que atendem aos interesses da agenda de mercado.

4-Referencias Bibliográficas ANDRADE, Marcia Regina et alli (Orgs.). A Educação na Reforma Agrária em Perspectiva: Uma avaliação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004. ARROYO, Miguel Gonzalez, A Educação Básica e o Movimento Social do Campo – Brasília – DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica no Campo, 1999. Coleção Por uma Educação Básica no Campo, nº2. BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Os Movimentos Sociais Cultivando Uma Educação Popular Do Campo. – UFPB, p.16). Disponível em http:// www. anped.org.br /reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT06-1780--Int.pdf . Acesso em 21 - 09 -2011. BEGNAMI, João Batista. Experiência das Escolas Famílias Agrícolas - EFAs do Brasil. In: Pedagogia da Alternância: Formação em Alternância e Desenvolvimento Sustentável. Brasília: UNEFAB, 2002. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação popular na escola cidadã. São Paulo: Editora Vozes, 2002. CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do movimento sem-terra. Expressão popular, 2004. DUARTE, Newton. A individualidade para-si. Campinas: Autores Associados, 1993. (Col. Educação Contemporânea) FREIRE, Paulo.(1974). Uma escola para a libertação. Porto: textos marginais. _____.(1977).educação Política e conscientização)>Lisboa, livraia Sá da Costa. GADOTTI, Moacir. Pedagogia da Práxis. Prefácio de Paulo Freire. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1995. MARX, Karl. **A questão judaica**. Tradução de Artur Morão. Lusosofia: press, 1975. Disponível em: □http:// www. lusosofia.net□.

Acesso em: 22 out. 2015. KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. Tradução de Célia Neves e Adalberto Toríbio. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. TONET, Ivo. Educação, cidadania e emancipação humana. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

Graduada em Serviço Social/UFS; Mestre em Geografia Agrária/UFS, Doutora em Serviço Social/UFPE. Profa Adjunta da Universidade Federal de Viçosa-MG. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho, Questão Social e Movimentos Sociais /UFS **(**fnelmires@gmail.com
.br
ou nelmiressilva@ufv.br
). ii Profa. Graduada em Letras Português/UFS. Especialista em Letras Português/Estácio de Sá. Profa de Letras Português, atuação na gestão, Diretora da Regional-DER9 N. Sra. da Glória. meireferreirasilva@gmail.com

Recebido em: 08/08/2016

Aprovado em: 09/08/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: